

Determinação – introduzindo o problema –

Virgínia Fontes

“Mais l’homme n’est pas seulement un être naturel, il est aussi un être naturel humain, c’est-à-dire un être existant pour soi, donc un être générique, qui doit s’affirmer et se manifester en tant que tel dans son existence et dans son savoir. (...) Il s’ensuit que les objets naturels tels qu’ils se donnent immédiatement ne sont pas des objets humains. De même les sens humains tels qui sont immédiatement, objectivement, ne constituent pas un monde sensible humain, une objectivité humaine. Ni la nature au sens objectif ni la nature au sens subjectif n’existent immédiatement d’une manière adéquate à l’être humain. Et de même que tout ce qui est naturel doit naître, de même l’homme est le produit d’un processus d’enfantement qui est l’histoire. Mais étant donné que l’histoire est consciente, étant donné que ce processus naturel d’enfantement est effectué consciemment, *il se supprime lui-même en tant que processus naturel. La véritable histoire naturelle de l’homme est l’histoire* (il faudra y revenir).” Karl Marx, Manuscrits de 1844, Paris, Ed. Sociales, 1972, p. 172, 3ème manuscrit.

Gramsci assinalava com muita argúcia que é preciso não reduzir o adversário, pois essa atitude faz crer que a diminuta figura produzida se assemelha de fato ao que se pretende combater. A rigor, tal redução apenas assegura o dispêndio de empenho e esforço contra um oponente fictício. Gramsci pretendia alertar os setores subalternos para que não subestimassem os adversários.

Poderemos usar esse alerta gramsciano também no sentido contrário, que nos ocupa aqui? Neste caso, que papel cumpriria o descarte leviano do tema da determinação que vem ocorrendo nas ciências sociais? Poder-se-ia

supor que o obscurecimento das determinações expresse uma atitude quase maquiavélica: a desrealização que daí deriva (como a crítica aberta a qualquer reflexão que suponha a existência de um real) teria um efeito paralisante, uma espécie de bloqueio das formas de reação ao estado de coisas atual. Pode-se também aventar uma outra hipótese: a de que o peso real de determinações rígidas, abertamente econômicas, em seu sentido mais redutor e limitado, jamais se fez sentir com tamanho peso como no mundo contemporâneo. Esse peso, insuportável, geraria uma espécie de fuga para a frente, de tentativa de esquecimento desse ‘horror econômico’ (termo utilizado por Vivianne Forrestier), de seu deslocamento do horizonte de nossas reflexões, de forma a apaziguar as vidas torturadas com suas penosas condições de existência, de convivência, de experiência. Assim, generosamente, alguns pensadores insistem em lembrar que nossas vidas não se resumem ao econômico, não se limitam ao horizonte que parece infindável e cruel. Essa generosidade contém um lado perverso: nos lembrar de algo fundamental (e óbvio), de que seres sociais são integrais, para, imediatamente, fazer esquecer (ou apagar) o peso real sob o qual essa integralidade humana e social é esmagada no mundo contemporâneo.

Vejamos algumas duplicidades – e ambivalências – que atravessam a discussão mais corriqueira sobre determinação.

#### Repetição e previsão

No pensamento histórico o tema da determinação vem sendo eliminado de maneira simplificada. Algumas objeções tornaram-se banais, com farto lastro no senso comum: a da irrepetibilidade dos fenômenos históricos e sua imprevisibilidade. Enquanto a disciplina História constituiu-se no século XIX sobre a centralidade da singularidade (o evento único, o fato irrepetível, o passado para sempre perdido em sua unicidade peculiar),

outras disciplinas sociais, como Sociologia (e, em boa parte, também a Antropologia) pautaram-se em suposição contrária: a de que os fatos sociais admitem leis análogas às naturais, embora com algumas peculiaridades.

Com diferentes variantes constituiu-se uma hidra peculiar, com duas poderosas cabeças: o que é produzido pelos homens em sociedade – a história – se pautaria sobre um critério, enquanto a procura da explicação do mesmo processo se pautaria por outro. Os dois critérios deveriam conviver embora, para alguns, entre ambos talvez não houvesse muitos pontos de contato. Os mais rigorosos adeptos de uma ou outra vertente – por exemplo, historicistas e positivistas – recusavam qualquer compromisso. Não obstante, inúmeros de seus seguidores oscilariam entre uma e outra concepção, apesar de sua oposição. Mesclas diversas se constituíam com premissas opostas.

Parece ser óbvio o fato de que processos históricos (e sociais) não sejam previsíveis nem repetíveis. A suposição subjacente a essa formulação é a de que a característica específica do *ser humano*, aquilo no qual reside sua própria humanidade é exatamente o de ser irrepetível e imprevisível. Por extensão, o conjunto da vida social incorporaria e transcreveria esses atributos, sendo a sociedade nada mais do que o aglomerado de seres irrepetíveis e imprevisíveis.

Entretanto, toda a nossa vida social contemporânea baseia-se, desde o próprio cotidiano, na tentativa de assegurar a garantia da repetição e de seu controle: o comportamento das bolsas de valores (cujos agentes são treinados para *antecipar* momentos de alta ou de baixa); as bolsas de negócios ‘futuros’, nas quais a maior ou menor capacidade de previsão é fundamental não nos parecem estranhos. A existência de legislações, normas e convenções sugere que os comportamentos devam se pautar por elas – portanto, de forma previsível. Sabe-se que as leis *induzem*

comportamentos e formas de ser que, antes dispersos e imprevisíveis, passam agora a estar contidos numa teia que restringe a irrupção de atos ou atitudes indesejáveis. Caso, apesar disso, ocorram situações imprevisíveis, a punição é... previsível. A análise de riscos vem se tornando uma esfera central na atualidade – e ela consiste na preparação rotineira para a atuação em circunstâncias mais ou menos imprevisíveis. Ora, quer em situações que nos parecem extraordinárias, como nas rotinas de usinas nucleares ou de plataformas de petróleo, ou ainda em atividades banais, procura-se a organizar atividades humanas e sociais, de forma a assegurar comportamentos repetidos e previsíveis. Em outros atos cotidianos – a escola, a televisão, a grande imprensa – a tendência à repetição é seu eixo central, sua lógica institucional e seu próprio modo de funcionamento. Objetivam conformar comportamentos e, dessa forma, tornar previsíveis as formas de atuação e assegurar a contenção aos eventuais momentos disruptivos.

Procurar, portanto, reduzir as áreas de imprevisibilidade para afrontar o que é considerado como o próprio fundamento do ser humano; assegurar-se de que em situações de risco o treinamento (o adestramento, a repetição) será capaz de garantir que o novato repita, quase inconscientemente, aquilo para o qual foi treinado a fazer *pode configurar, ao contrário, a mais humana (e social) das formas de fazer*. O que caracterizaria, assim, o humano? A imprevisibilidade ou, ao contrário, a lenta e constante repetição de forma a constituir padrões de previsibilidade social? Aprender a fazer o fogo; aprender a apagá-lo; aprender a escrever com letras que se repetem, sempre iguais; falar palavras reconhecíveis pelos demais (isto é, semelhantes, iguais); dirigir automóveis ou pilotar aviões; atender o telefone; amarrar os sapatos...

A suposição de que a repetibilidade ou a previsibilidade seriam categorias que afrontam a própria humanidade e suas características fundamentais corre o risco de deixar de lado o fato de que, tornar-se humanidade, humanizar uma criança, torná-la um ser social (ou socializá-la) é exatamente diminuir, controlar, cercear o irrepetível e o imprevisível; é construir – através da repetição – um mundo previsível.

Rápida e facilmente pode-se chegar ao extremo oposto: da imprevisibilidade e irrepetibilidade como atributos próprios ao ser humano, salta-se para a imposição social da norma, que é incorporada pelos indivíduos (sendo a coerção a garantia dessa incorporação e a evidência do controle que se exerce de forma generalizada e permanente – o poder ). Essa percepção da norma incutida e tornada “segunda pele”, ou de um poder onipresente se expressa por exemplo através da força da própria linguagem, repetição primeira e carcaça incontornável, pela qual se constrói – previsivelmente – exatamente o que seria o atributo da liberdade humana – a consciência. Levando ao extremo esse argumento unilateral, Roland Barthes chegou a considerar a língua como *fascista* (num pequeno texto considerado como clássico, *A aula*). A língua aparece então como o que impõe uma certa forma de pensar e de falar. Somos prisioneiros de algo que nos impõe o exercício do que lhe parece seu próprio contrário – o pensamento...

De um ser plenamente indeterminado e gozando dos atributos de uma liberdade que lhe seria intrínseca e constitutiva, salta-se para um ser totalmente determinado e, tão mais determinado quanto é incapaz de conhecer os fundamentos daquilo que lhe subjuga, pois considera como ‘liberdade’ exatamente o que lhe impõe ser como é... Nosso objeto – o ser social – torna-se o duplo de si mesmo, simultaneamente imprevisível e irrepetível, mas banal e recorrente.

### A duplicidade cindida

Grandes correntes de interpretação se dividem entre: a indeterminação objetiva de todos os fenômenos (e a construção de uma causalidade entre eles como resultado da atividade humana); a da determinação objetiva dos fenômenos naturais (dos quais os homens formulam, descobrem, aprendem as leis que existem objetivamente na natureza) e a da indeterminação específica e singular dos fenômenos humanos e sociais posto que, derivados de atos de consciência, não seriam redutíveis a leis.

As três formas rapidamente apresentadas assinalam questões verdadeiras e não podem ser descartadas de forma imediata. No entanto, opõem-se umas às outras de tal forma que há um bloqueio entre elas. Envolvem entretanto outras questões: a concepção de homem que trazem embutida parece tão relevante para o tema quanto a própria concepção de conhecimento. Nas três vertentes, a concepção de homem opõe-se imediatamente à natureza; na primeira, a atividade humana desconsidera uma existência natural e centra-se inteiramente na consciência como condição para a própria existência da natureza; na segunda, ao contrário e quase que como seu espelho, a natureza independe totalmente da humanidade que a observa, seguindo seu curso específico e legaliforme (qualquer que seja a forma dessa legalidade ou normalidade natural, quer seja regular ou irregular) e, assim, permanece como algo de ‘externo’ à humanidade; na terceira percepção – que opera quase que como um complemento da segunda, o peso da existência de uma humanidade distinta da natureza impede o conhecimento dessa mesma humanidade que, por oposição à natureza que se oferece de maneira externalizada, torna-se opaca e incompreensível ou, melhor dizendo, inexplicável.

A primeira duplicidade é pois a que contrapõe homem e natureza. A segunda é a concepção dupla e dúplice de homem que atravessa. A centralidade da consciência (nas três modalidades apresentadas) identifica-a como razão. Em contraposição, o local dos afetos, das paixões, da inconsciência figuraria como necessário – o repouso da consciência – embora sendo sua negação lógica. A humanidade da razão somente estaria completa em sua desrazão, em seus amores, ciúmes, ódios, irreduzíveis a qualquer razão. A fria razão e o cálido sentimento construiriam a unidade do desconexo. O conhecimento seria o local onde a consciência, a razão, a lógica, a regra e a norma imperam sobre outras formas de percepção – o ser humano parece ser reduzido, imediatamente, à sua função de consciência ou, melhor, de ciência. Figura assim como capacidade cognitiva ‘limpa’, crescente e poderosamente abrangente, eixo singular fundante de qualquer reflexão. A consciência – verdadeira ‘natureza’ do homem, seria algo como sua desnaturalização, posto que pura aplicação da razão e da lógica (criadas pelo homem mas cujo rigor tornar-se-ia externo ao homem). A outra natureza humana, a que emerge do terreno dos afetos, seria, quase como numa brincadeira, a exata natureza humana, a que fluiria por si, a que não é pensada e que, assim, ‘tempera’ a frieza da externalidade da razão com a internalidade e a potência dos sentimentos. Mas irracional.

Essa cisão e essas duplicidades são postas a nu tanto por Marx quanto por Freud, que apontam vias distintas (mas não opostas) para pensá-las.